



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007368-05.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Bancários**
 Requerente: **Panificadora Vale do Sol Ltda**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISIO**

Vistos etc.

PANIFICADORA VALE DO SOL LTDA. promove ação declaratória de inexigibilidade de débito combinada com indenização por danos materiais e morais contra o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, partes qualificadas nos autos, e expõe que: a) possui uma conta corrente junto ao banco réu, cuja utilização se dá exclusivamente pela empresa, auferindo rendimentos e efetuando compras; b) foi surpreendida por duas operações que não reconhece (uma transferência e uma recarga de celular), mas a casa bancária se recusa a resolver o problema de forma administrativa; c) entende que as operações devem ser declaradas nulas, além de possuir direito à indenização dos danos materiais e morais que sofreu, cujas indenizações estima em R\$ 11.349,71 e dez salários mínimos, respectivamente; d) aplica-se o Código de Defesa do Consumidor à espécie por se tratar de típica relação de consumo, houve defeito na prestação do serviço, e faz jus à inversão do ônus da prova. Requer a procedência da ação, com a declaração da nulidade das operações indicadas, condenando o banco a pagar as indenizações mencionadas, além das verbas da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Contestação a fls. 75/85, acompanhada de documentos, pela qual o banco aduz que: a) não houve ato ilícito ou defeito na prestação dos serviços, eis que as transações ocorreram mediante apresentação das posições do *token*, fornecidas pela parte autora à terceiro, donde a fragilização dos dados bancários que possibilitou a ocorrência da alegada fraude; b) não estão demonstrados quaisquer danos, morais ou materiais. Requer a improcedência da ação, condenando a autora nos ônus da sucumbência.

Houve réplica.

É, em síntese, o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO.

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil.

2. Registre-se, desde logo, a inaplicabilidade ao caso concreto das regras de proteção do Código de Defesa do Consumidor, sabido que a autora não ostenta a condição de destinatária final reclamada pela Lei nº 8.078/90, na medida em que a conta corrente de sua titularidade não é utilizada em benefício próprio, sem transformação ou beneficiamento na cadeia produtiva, mas sim para implementar a sua atividade. Reforça tal entendimento a afirmação da própria autora, ao alegar que a conta é utilizada exclusivamente pela empresa para recebimento de créditos e efetivação de compras. Se isto não fosse suficiente, a autora não se encontra em posição de vulnerabilidade tal que a incapacite de produzir a prova que justifica o direito postulado.

3. São incontroversos os seguintes fatos: à autora foram entregues cartão magnético, senhas e chaves pessoais para administrar a sua conta bancária e acessar os serviços disponibilizados pelo banco, inclusive por meio eletrônico; as operações não reconhecidas pela requerente se deram com o emprego das senhas e chaves de acesso.

É o que basta para se concluir que à autora não assiste razão.

Um, porque a guarda e o sigilo da senha pessoal é ônus que se debita exclusivamente à correntista, a quem compete velar por sua conservação e preservação contra o acesso por terceiros, estranhos ou não, situação que torna a empresa a única responsável pelas operações realizadas e pelos débitos verificados, e afasta a responsabilidade objetiva do banco.

Dois, porque quando o fato foi comunicado ao banco, as operações já haviam se concluído, o que afasta a responsabilidade do banco de atuar para impedir a utilização indevida e criminosa da senha pessoal, dado não haver tempo hábil para tanto.

Três, porque é fato incontroverso, eis que admitido pela própria autora, que seu representante legal compartilhou as informações de acesso da conta, pessoais e sigilosas, com seu irmão, daí a fragilização dos dados por culpa e risco exclusivos da autora, fato que possibilitou que as operações fossem realizadas em sua conta corrente por terceiro, donde a conclusão de que culpa alguma pode ser imputada ao banco pelo ocorrido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobre o tema, eis o entendimento manifestado pelo C. Superior Tribunal de Justiça em caso assemelhado: Neste sentido, o entendimento no E. Superior Tribunal de Justiça: *CIVIL. CONTA-CORRENTE. SAQUE INDEVIDO. CARTÃO MAGNÉTICO. SENHA. INDENIZAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. 1 - O uso do cartão magnético com sua respectiva senha é exclusivo do correntista e, portanto, eventuais saques irregulares na conta somente geram responsabilidade para o Banco se provado ter agido com negligência, imperícia ou imprudência na entrega do numerário. 2 - Recurso especial conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial.* (RESP 602680/BA, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 16.11.2004).

Ainda: *CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SAQUE EM CONTA CORRENTE MEDIANTE USO DE CARTÃO MAGNÉTICO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ÔNUS DA PROVA. EXTENSÃO INDEVIDA. CPC, ART. 333, I. I. Extraída da conta corrente do cliente determinada importância por intermédio de uso de cartão magnético e senha pessoal, basta ao estabelecimento bancário provar tal fato, de modo a demonstrar que não agiu com culpa, incumbindo à autora, em contrapartida, comprovar a negligência, imperícia ou imprudência do réu na entrega do numerário. II. Recurso especial conhecido e provido, para julgar improcedente a ação.* (REsp 417835/AL, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJU de 19.08.2002).

Isto posto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e o faço para condenar a autora no pagamento das custas do processo e dos honorários advocatícios do patrono adverso, estes de 10% sobre o valor dado à causa.

P.I.

Araraquara, 05 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**